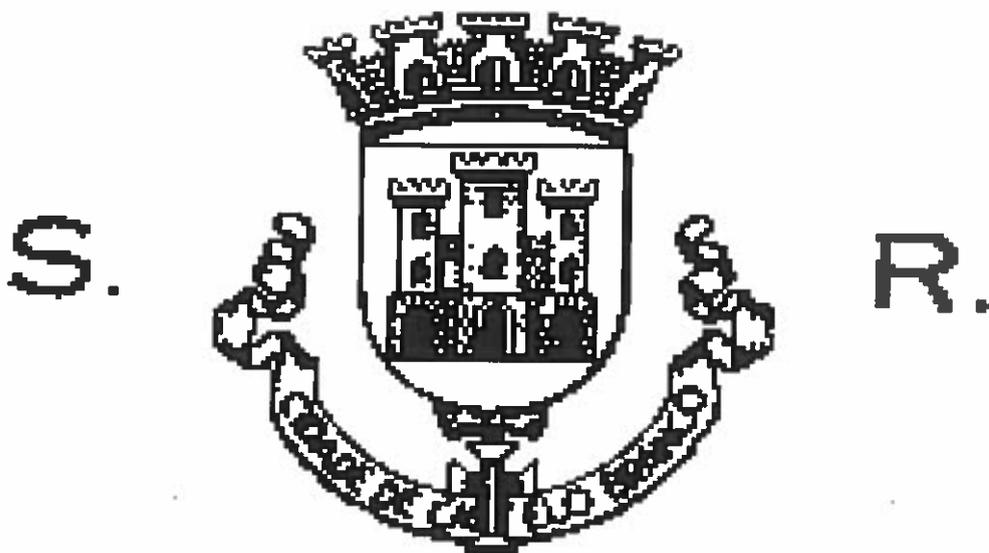


ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CASTELO BRANCO



ATA DA SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA DE
2022/03/07

ATA N.º 02



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 2/2022

Aos sete dias do mês de março de 2022, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Extraordinária, no Cine Teatro-Avenida, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa, foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Discussão e votação da proposta de “1ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano de 2022”. (**Proposta n.º 6/2022**)

Ponto 2 – Discussão e votação da proposta de “Adesão à Sociedade Histórica da Independência de Portugal.”. (**Proposta n. 7/2022**)

Ponto 3 – Discussão e votação da proposta de “Transferência das Competências do Domínio da Ação Social. Prorrogação do Prazo para Aceitação (Decreto-Lei n.º 23/2022, 14 de fevereiro)”. (**Proposta n. 8/2022**)

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, Orlando Almeida Vicente (em substituição de António Augusto Cabral Marques Fernandes, Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Francisco Manuel Pombo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, Paulo Jorge Vaz ramos de Almeida, João Nuno Marques Carvalhinho, Miguel Gregório Barroso, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, Joaquim Manuel Faustino, Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José, Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas Silva, Luís Manuel de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Manuel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

António Augusto Cabral Marques Fernandes e Daniel António Guerreiro Almeida.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Discussão e votação da proposta de “1ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano de 2022”. (Proposta nº. 6/2022)

Presidente da Câmara Municipal – No que respeita à primeira Revisão ao Orçamento do ano de 2022, importa lembrar que o mesmo foi fortemente condicionando por várias vicissitudes de que destacamos as opções assumidas pelos Órgãos Municipais no anterior mandato que representaram a assunção dos compromissos para o ano de 2022, no valor que supera os vinte e cinco milhões de euros.

O elevado volume de compromissos assumidos pelo anterior Executivo a transitar para o orçamento de 2022, acrescidos das despesas associadas ao peso da estrutura da Câmara Municipal, designadamente, as despesas com o pessoal, os encargos de instalações, as aquisições de bens e serviços, os serviços da dívida, entre outros, obrigaram à inclusão parcial do saldo da gerência apurar para o ano de 2021, no montante de aproximadamente, quinze milhões de euros. A presente revisão visa dar resposta às solicitações de reforço de verbas efetuadas pelos Serviços Municipalizados, bem como reforçar o orçamento de alguns projetos das GOP por forma a que o atual Executivo possa iniciar e dar continuidade à execução do seu programa de governação apresentado para o presente mandato.

Com a presente revisão orçamental pretende-se reforçar um conjunto de rubricas e projetos com dotação manifestamente insuficientes para o normal exercício da gestão autárquica destacando-se os seguintes reforços. As despesas correntes associadas à estrutura da autarquia com especial incidência na despesa associada ao fornecimento de energia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

elétrica, despesas com a Educação, designadamente com os apoios aos agregados familiares, nas rubricas no âmbito da Ação Social com especial incidência no apoio às IPSS, na habitação social e na habitação de renda acessível.

Nos projetos de regeneração urbana, em especial na criação de condições para a utilização de serviços e elaboração de estudos de projetos estruturantes, bem como o reforço de projetos com vista ao lançamento de novos processos de requalificação e beneficiação de infraestruturas municipais. Na área do ambiente, designadamente na limpeza e manutenção de linhas de água, no apoio às coletividades desportivas, recreativas, culturais e sociais, quer ao nível dos apoios correntes, quer ao nível das despesas de capital, no reforço muito significativo dos projetos associados à construção, beneficiação e conservação da rede viária do concelho.

Com a aprovação da primeira revisão nº. 1, ao Orçamento de 2022, pretende-se igualmente criar condições do Executivo Autárquico, possa dar resposta ao aumento dos preços praticados nos últimos meses. Esta situação acresce ainda a incerteza sobre o impacto da atual situação vivida na Ucrânia que virá a produzir nos mercados, designadamente, no mercado das matérias primas e dos combustíveis. A atual situação de volatilidade dos mercados de abastecimentos de matérias primas e combustíveis, tem vindo a motivar que alguns dos concursos submetidos ao mercado não tenha registado propostas do preço de base do concurso, a situação mais preocupante corresponde ao procedimento de aquisição de energia elétrica que não registou qualquer proposta válida nas duas últimas consultas ao mercado.

A inclusão de uma parte significativa do saldo de gerência de 2021 não resulta de uma opção, mas sim de uma necessidade por forma a capacitar a autarquia de meios financeiros que permitam ser mais competitiva na projeção do nosso concelho.

Relembramos que dos cerca de trinta e oito milhões de euros do saldo de gerência introduzido no orçamento de 2022, vinte e cinco milhões correspondem a compromissos assumidos pelo anterior órgão autárquico, ou seja, aproximadamente, dois terços do valor global.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Comprometemo-nos a efetuar uma gestão orçamental rigorosa dos recursos financeiros do município, alicerçada na constante procura de meios de cofinanciamento de despesas, no âmbito, dos programas setoriais.

Bem-haja.

José Dias Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco) - Os orçamentos das entidades públicas obrigam-se a ter sempre como base um enquadramento político que é determinante da formulação estratégica e que só após a formulação destes dois componentes se estruturam.

Uso hoje da palavra numa dupla condição: em primeiro lugar, na condição de autarca que se obrigou a estar atento ao que antes formulei aquando da proposição de instrumentos similares na sua autarquia (diga-se, um trabalho muito facilitado pela correta e completa passagem de dossiês, que foram fundamentais facilitadores para o arranque das tarefas que eram exigidas) e em segundo lugar, na condição de cidadão atento e (desculpem a imodéstia) esclarecido acerca do que nos traz aqui.

Hoje, a qualquer cidadão é fácil reconhecer, no seu concelho, as entidades organizativas que nele se projectam de forma mais marcante: A Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia e a importância que nelas têm os respetivos orçamentos.

Para todos nós, dos órgãos executivos aos deliberativos, este trabalho tem (ou devia ter) uma tripla exigência:

1ª — Honrar a Causa pública — o mesmo é dizer honrar os compromissos, os valores e os princípios que determinam a nossa acção: lealdade, honestidade e transparência e a intransigente defesa da prática democrática.

2ª — Servir a Coisa pública — isto é, assegurar que o serviço público e os seus meios humanos e materiais estejam sempre ao serviço de todos e não sejam nunca privilégio só de alguns.

3ª — Disponibilizar a Casa pública — que não é mais do que conjugar as duas exigências anteriores através da revalorização da participação entre iguais dos cidadãos, ou dito por outras palavras, dignificar a construção da cidadania, possibilitando e incentivando o seu exercício.

Este Orçamento cuja revisão agora se discute, tal como as Grandes Opções do Plano que lhe dão origem, decorre de uma estratégia política que pretende assegurar:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- A obrigação de promover uma gestão do território que garanta um desenvolvimento equilibrado sustentável e salvaguarde a defesa do interesse público e coletivo.
- A capacidade de fomentar políticas locais que assegurem a valorização das populações, estimulem o associativismo e outras formas de participação organizada ou informal dos cidadãos, adoptando uma orientação marcada por uma particular sensibilidade aos sectores mais frágeis e desfavorecidos da população.
- A promoção da consciência comunitária que implica a defesa do carácter público da prestação dos serviços básicos essenciais.
- O cumprimento dos objectivos essenciais que tenham em vista assegurar as condições para um adequado desenvolvimento local e para garantir às populações uma vida melhor.

- Renovar o que se entender necessário e no que for possível, tendo como princípios a economia de escala e a gestão cuidada da coisa pública.
- Inovar quando for preciso, e sem rupturas, as relações de proximidade e promover a co-responsabilização e a organização fundamentada com contrapartidas, que dá sentido comunitário às suas exigências.
- Cumprir as obrigações programáticas e os compromissos políticos, sociais e comunitários.
- Gerar proximidade, compreender e respeitar as identidades sociais específicas da comunidade que servimos, para a servir.

Numa frase: servir a comunidade em vez de se servir dela.

Por todas estas razões se propôs a presente alteração orçamental modificativa, da qual escolho uma sobre a qual se formularam, sem fundamentação relevante, algumas críticas: as Transferências Correntes que decorrem do Regulamento de Apoio ao Associativismo. Só por mero desconhecimento ou por peculiares e pouco claras intenções políticas se ignora que tais transferências são fundamentais para corresponder às trajetórias associativas que se desenrolam através de um processo gradual e cumulativo de experiências onde os participantes (ativos ou passivos) podem ser mentores ou beneficiários ou assumir ambos os papéis.

Tanto a quem os elabora, como a quem, depois da sua análise, decide os apoios que merecem, os Planos de Atividades e os Orçamentos Associativos devem ajudar a compreender como se processa o envolvimento ativo das associações, o que implica identificar os fatores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

facilitadores e motivadores, as dificuldades e os obstáculos que permitam analisar as ligações entre os fatores intervenientes no processo e o papel da ação individual na sua dinâmica e ajudar a compreender qual é a dimensão dos ganhos sociais e das competências cívicas, estimuladas pelas experiências significativas proporcionadas pelos contextos de intervenção e as interações subjacentes ao seu desenvolvimento.

Daí a importância de uma Regulamentação atempadamente preparada, clara e facilitadora da compreensão das escolhas que justificam a decisão de participar na vida comunitária que possibilite uma avaliação simultaneamente racional e efetiva das respetivas compensações materiais, sociais e cívicas que façam coincidir os interesses individuais com os interesses coletivos, isto é, tenham implicações na comunidade.

Por isso, para quem decide do merecimento ou não merecimento dos apoios requeridos pelos Planos de Atividades e dos Orçamentos associativos, é importante saber compreender se os recursos necessários estão relacionados com a capacidade de envolvimento coletivo das atividades cívicas e a sua combinação com as motivações expressas que permitem mobilizações comunitárias a favor dos seus projetos, dando lugar a uma participação regular e contínua.

Chama-se a isto ter claramente definida uma estratégia para as atividades de implicação comunitária e refleti-la, obrigatoriamente no orçamento.

É este o caso que tem agora, neste particular que engloba o todo, caráter de urgência pelas limitações que decorrem do que ficou por fazer na gestão autárquica anterior, por evidente falta de estratégia, e que foi uma regulamentação dos apoios associativos clara e facilitadora da tomada de decisão equitativa.

Na verdade, todos nós e em especial os políticos, somos vítimas e culpados das nossas más escolhas, especialmente quando não separamos o bom do mau, o certo do errado e a verdade da mentira.

Esta falta de discernimento é meio caminho andado para o servilismo, que alguns gostam de atenuar designando-o por obediência, porque lhes sabe mal a palavra que maior prazer lhes dá: subserviência.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



E a subserviência é tão vil quanto nociva, pois promove, em quem a aceita, a incapacidade da cidadania e a deformação do caráter, que transforma a liberdade em aceitação acéfala de todas as formas de domínio e controlo gerando o servilismo.

Este é um orçamento que decorre das Grandes Opções do Plano que foram geradas por uma conjugação estratégica clara e objetivada e que felizmente em nada favorece a subserviência e o servilismo, porque é, como não podia deixar de ser, consubstanciada por uma ideologia que nunca baterá à porta dos subservientes e, felizmente, não cabe na boca dos caciques.

Ernesto Candeias Martins (MPT) - O Pontos que nos trás a Câmara para esta sessão plenária pode ser algo compreensível (alterações justificadas ao GOP e Orçamento pelo pouco tempo de exercício no executivo), mas também pode ser analisada pela falta de tato e análise mais aprofundada nos pontos das Funções gerais e sociais. Parecia haver certeza do GOP e Orçamento -2022 (aprovado a 27/dez. 2021) na sua componente estrutural, numa consciente orientação estratégica para 2022, mas foi uma *consciência (geradora de alguma 'suspeita' e de pouco sentido holístico e estratégico)* ao solicitar passados dois meses alteração Orçamental Modificativa (revisão - GOP e Orçamento de 2022), com a agravante de ser um Plano/GOP e Orçamento de continuidade anterior com poucas inclusões de orientações estratégicas e se as há são intermitentes e com pouca sustentabilidade estratégica, de tal modo que foi reprovado pelo Grupo 'Sempre' no executivo (não sei porquê, manifestando certa irresponsabilidade – já que se tinham absterido no GOP em dezembro/21) e pela não presença do vereador do outro partido PSD/PDM/CDS que aprovou aquelas opções, mas **faltou** e não teve *ninguém entre os suplentes para estar presente nessa sessão do executivo sobre as alterações*, o que demonstra uma falta de compromisso político e de participação para com os cidadãos seus eleitores. Ou seja, para além de algum confronto político parece haver certa marginalidade à estratégica orçamental do executivo camarário, quando em dezembro tinham permitido a sua respetiva aprovação. É um enigma para ser esclarecido ou 'decifrado' esse procedimento e a respetiva interpretação.

Sr. Presidente da Câmara desde este Grupo Municipal questionamos o executivo que preside para determinados esclarecimentos de aspetos (Macro, Meso), que merecem a atenção dos cidadãos de uma forma prioritária, por exemplo:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- 1-Para quando a elaboração do **Plano Global de Gestão dos Recursos Hídricos** e aquíferos existentes e uma **Carta da Água**, desde a Serra da Gardunha e extensivo a todo o concelho (freguesias), de reserva e indicadores de qualidade da água potável e da própria gestão da água (avaliação do caudal e estabelecimento de uma gestão racional) – constituindo uma **rede ambiental e hídrica que tenha em conta um sistema de retenção e aproveitamento dos cursos de água** (incluindo a limpeza e a retenção da pluviosidade (pequenas barragens em sistema de transvase que valoriza os espaços rurais e florestais). Ou seja, há uma prioridade emergente na atualidade de haver uma articulação desses recursos hídricos com os recursos ambientais e florestais em termos de sustentabilidade.
- 2-Neste seguimento não podemos esquecer a falta de um **Plano de Reestruturação e do Tratamento dos Resíduos** com pareceres técnicos.
- 3-Para quando um **Plano Sustentável de Eficiência Energética para o Concelho**, iniciado com os edifícios públicos e depois os dos condomínios na cidade (setores da cidade), podendo haver interação com concelhos limítrofes. Um Plano de transição energética para a neutralidade carbónica, dando um importante contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.
- 4-Desconhecemos se está na pretensão do executivo a elaboração de um **Plano Estratégico Educacional Municipal (PEEM)** envolvendo todos os atores e instituições educativas e sociais e não estratégias de medidas soltas/isoladas;
- 5-Questionamos se está previsto a execução de projetos do concelho sobre **Defesa e Gestão da Floresta**, com atenção às áreas envolventes potencializadoras dos seus recursos;
- 6-Para quando um **Plano Integral de Mobilidade Vial e de Acessibilidades** para a cidade incluindo a consciencialização de uma educação vial nas crianças e de cultura e segurança rodoviária nas pessoas;
- 7-Sobre uma política de saúde e bem-estar animal, que assegure a qualidade de vida para animais e munícipes, para quando a elaboração **Plano de Bem-Estar Animal** na base de uma nova imagem e identidade com **Abrigo – Centro de Recolha Oficial de Animais em Castelo Branco**. A nova identidade e imagem é uma clara associação à causa animal e deve clarificar este trabalho pelo Município em prol do bem-estar animal. No caso do “Abrigo- Canil”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

transmite a segurança e o conforto de um novo lar para os animais abandonados e reforça bem-estar de um animal após ser resgatado da rua;

A nossa posição será de manter o diálogo e a mão estendida para colaborar nas decisões prioritárias dos Cidadãos/famílias e Pessoas do concelho (mas esta já está cansada de estar estendida há tanto tempo). Por isso, perante estas 'suspeitas interpretativas de ação do executivo', a intermitência nas decisões, sem uma definição de 'prioridades' e, ainda de 'recorrência à continuidade' manteremos a nossa posição de 'abstenção' a bem do desenvolvimento sustentável do concelho, sendo no futuro mais criteriosos e incisivos na atuação do executivo. *Queremos Mais para Castelo Branco.*

Dissemos aquando da discussão e aprovação do GOP e OM que o executivo apresentava um Plano de continuidade e um Orçamento de compromissos assumidos e propunha pouca audácia nas Atividades Mais Relevantes (AMR) e no PPI – Plano Plurianual de Investimentos e daí a nossa abstenção, mas dispostos e disponíveis, como já disse várias vezes, a dialogar e colaborar nas estratégias municipais e em outras prioridades emergentes, porque queríamos a inclusão de vetores estruturantes e uma política virada para as pessoas e as necessidades das famílias e atratividade territorial para investimento, sem descuar os critérios de equilíbrio e sustentabilidade orçamental. Lembro que no horizonte temporal de 2022 até 2025, os grandes desafios estratégicos para o concelho com as suas prioridades no âmbito plano sustentável de desenvolvimento e que são: **Planeamento–Ecologia– Ambiente e a Água** (Gestão da água e dos recursos hídricos – Projetos de intervenção, de aproveitamento e retenção, armazenamento e limpeza dos cursos de água do concelho); **Aposta nas energias renováveis e requalificação do território** numa autonomia produtiva de 60% que faça baixar da despesa 8 milhões (2022) para valores à volta dos 5 milhões nos próximos anos; **Política Global de Turismo, da Cultura, do Património e da Floresta** com o relançamento de dinâmicas de investimento produtivo (PPI) prevendo o desenvolvimento rural e a dinamização da economia urbana em torno a uma renovação dos modelos de governação e gestão territorial, valorização e promoção do património (exemplo da 'zona histórica do Castelo' e de recuperação patrimonial das freguesias); **Desenvolvimento no setor social e na Habitação, transportes e rede viária**, com uma requalificação do território e com intervenções prioritárias nas Atividades Mais Relevantes (AMR), com Projeto integral habitacional (Habitação social);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Intervenção ao nível da qualificação das áreas de localização empresarial e da promoção do território para a atração de investidores (PPI), pois apostar no investimento e desenvolvimento do território, depende em parte da intervenção camarária; vetores de **crescimento económico e criação de emprego** providos de políticas do Governo Central, mas sobretudo das dinâmicas de investimento e das políticas municipais, naqueles setores que a resposta do Poder Local se ajuste às necessidades da população.

É neste sentido das nossas propostas e intervenções que desejamos um desenvolvimento sustentável e harmonioso do município, com o propósito melhorar a qualidade de vida dos munícipes; criando condições para a realização dos projetos municipais (PPM; PUM), tirando o máximo aproveitamento das oportunidades de cofinanciamento estabelecidas pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e participações do Orçamento do Estado e/ou outros fundos comunitários para esta zona do interior e do PPR e Agenda 2030. Somos conhecedores da influência que tem o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) no plano de investimentos do município e na escolha de projetos de investimento. Saiba a Câmara desencadear mecanismos de execução. Ora a nossa possível discórdia poderá ser na aplicação dos fundos a serem implementados, em função dos princípios da focalização e seletividade dos respetivos investimentos apoiados, já que o Município deve fazer candidaturas europeias e nacionais (a nível de Programas Operacionais Regionais e para o Interior (num adequado cálculo de valores).

Senhor Presidente da Câmara continuamos disponíveis para colaborar, mas pedimos-lhe que seja clarificador nas linhas estratégicas que pretende implementar nos próximos anos e, em especial as prioridades para este ano 2022, que se nos afigura difícil para todas as pessoas e famílias do concelho. Saiba, pois, demonstrar determinação nas propostas trazidas a esta Assembleia, que este Grupo Municipal estará atento na sua análise e nas linhas de execução

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo (S-MI) - Saúdo todas e todos e como tem sido hábito nesta assembleia, reitero o apelo ao respeito e elevação no debate político.

Sempre Movimento independente, está nesta Assembleia para contribuir para uma política pela positiva, respeitando todas as forças políticas aqui representadas, procurando construir e querendo sempre estar ao lado da solução.

É legítimo que tenhamos opiniões diferentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Esta é a minha primeira experiência na política.

Talvez em virtude desta minha inexperiência política, acredito numa realidade idílica, onde todos nos podemos entender e respeitar e onde podemos até ser amigos independentemente da opção política e da opinião de cada um, ou até da forma de ver e sonhar a sociedade em que vivemos.

Com a mesma humildade e frontalidade, quero afirmar, que irei continuar a acreditar e a lutar por esta forma como vejo o exercício da atividade política.

Quero afirmar também de forma convicta que o Sempre é um movimento independente, constituído por homens e mulheres de bem e de boa vontade, de diferentes quadrantes políticos, cujo elo de ligação é a vontade de dar contributo cívico, participando na vida política do nosso concelho.

É isso que nos une, é isso que nos motiva, é isso que nos faz querer dialogar com todas as forças políticas e ajudar a construir um futuro melhor para o nosso Concelho.

Recordo que viabilizámos há 2 meses atrás, o orçamento da Câmara Municipal o que permite ao executivo socialista, levar a cabo o seu mandato.

Referindo-me agora ao ponto que estamos a analisar, sobre esta alteração ao orçamento.

Como disse e bem, há dias, o Sr. Presidente da junta de freguesia de Castelo Branco, o Prof. José Pires, “pensar diferente, não significa pensar pior!”

A bancada do Sempre está preocupada com a despesa e com o equilíbrio financeiro da Câmara.

É sobejamente conhecido que ao longo de mais de 2 décadas, de executivos socialistas, honra lhes seja feita, sempre conseguiram realizar obra, ter as contas equilibradas e ainda assim acumularam um saldo de gerência que é hoje de 44 milhões de euros.

Poucas serão as câmaras do país, que têm uma situação financeira confortável, como tem a Câmara de Castelo Branco.

Essa poupança pode e deve ser colocada ao dispor da melhoria da qualidade de vida dos munícipes, mas preocupa-nos que possa ser gasta, uma parte muito significativa num só ano.

É legítimo que o atual executivo tenha outra visão, diferente até dos anteriores executivos do partido socialista.

Repito, é legítimo!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Mas é também legítimo que a oposição vote e se pronuncie de acordo com o que entendemos ser a melhor opção para o concelho.

Muito Obrigado a todos

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – Antes de mais como disse na minha primeira intervenção, o CHEGA não quer ser uma força de bloqueio. Aquilo que aconteceu na última Assembleia foi simplesmente uma situação democrática. Quero relembrar o Senhor Presidente e o PS que não tem a maioria absoluta nesta Assembleia, muito menos maioria qualificada, por isso há a necessidade quando necessitam dessa maioria qualificada de falar com as forças políticas, situação que não aconteceu na última Assembleia. Aliás já demonstrámos várias vezes que quando o PS se dirige a nós, temos uma postura construtiva.

Queria salientar, penso não estar a cometer nenhum erro, um maior aumento na história, nos combustíveis. Recordo que quando era criança que o maior aumento tinha sido de dezoito escudos, ainda no tempo dos escudos, agora foi quase trinta escudos. Este orçamento realmente tem uma visão, desculpem-me o pleonismo, visionária já a prever o aumento que vamos ter possivelmente dos preços durante todo o ano.

Preocupa-me também, já hoje, referiram várias vezes, os últimos 24 anos o Executivo foi PS. Como é que uma Câmara que é novamente PS se queixa de um executivo PS. A minha questão é, no ano passado o orçamento que transitou, os tais vinte e cinco milhões para este ano de compromissos não foi aprovado pelo PS. É uma pergunta. É que penso que foi. O CHEGA teve situações de autarcas que não estão de acordo com o CHEGA e o Presidente do CHEGA veio demarcar-se com esses autarcas. O PS demarcou-se dos autarcas que governaram Castelo Branco até às últimas eleições? Eu não vi. Temos que ter uma atitude, não é pormos as pessoas, é termos responsabilidade, isto é literalmente o PS é o pai do Executivo que estava na Câmara, há 24 anos para o bem e para o mal como já foi aqui referido e muito bem, é um orgulho que nós temos, todos os albicastrenses, dizem que a nossa Câmara até aos dias de hoje com o governo PS e é uma pessoa do CHEGA a dizer, foi bem gerida. A nível de dinheiro foi bem gerida. Preocupa-me, estamos numa altura de apertar o cinto como um saudoso socialista Mário Soares disse que era de apertar o cinto, não estava cá, mas foi em 1973. E o que é que fazemos? Gastamos mais dinheiro. É isto que está a acontecer. Isto preocupa-me. É olhar para a Castelo Branco, vemos que não temos um tecido empresarial forte, não temos grandes empresas a laborar em Castelo Branco e temos um orçamento que é uma loucura. Não sei, achamos petróleo em Castelo Branco. É a minha maneira de pensar, este ano temos dinheiro em caixa graças ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Governo PS, é um elogio que estou a dar para gastar e para o ano como é que vamos fazer? Este ano vendemos os anéis para o ano vendemos os dedos. É esta a minha preocupação.

Outra situação que foi referida, uma das questões, são as questões energéticas, mas aí também é claramente uma opção do PS que acha por bem sermos dos países mais pobres da Europa, mas somos os campeões verdes. Preocupamo-nos com o ambiente e bem. É isto que acontece, se calhar, está na altura e, penso, o Ministro do Ambiente vai ter que engolir as palavras que disse, reabrir a Central do Pego, não nos vai faltar energia, nem gás, as pessoas não têm dinheiro para pagar, é isto que vai acontecer. Quando aparecemos perante os cidadãos de Castelo Branco a dizer que vamos ter que aumentar o orçamento para fazer face à energia, os cidadãos de Castelo Branco pensam assim, é o meu ordenado será que sobe igual? Estamos a brincar com as pessoas. Temos que ter este cuidado. Depois outra situação que me preocupa bastante e aconteceu o ano passado e não é bonito de se ver. As Associações de Castelo Branco têm um papel fundamental, fazem o papel social, cultural muito importante mesmo e nenhum albicastrense gosta de ver o que nós vimos. No ano passado, andamos na boca do país e do mundo por eventuais desconfiças. A Câmara Municipal tem que ter muito cuidado de não manchar o bom nome das Associações. A culpa não é das Associações, aquilo que vimos o ano passado foi uma vergonha que é colocar-se a bom nome das associações por eventuais dinheiros. Eles não receberam nenhum apoio, receberam aquilo que lhes é devido pelo papel fundamental que representam na nossa sociedade em Castelo Branco. O orçamento prevê um reforço às Associações e acho bem, mas temos que ter cuidado no sentido desse reforço ser bem claro e como deve ser dado para não manchar o bom nome das Associações. É um pedido que faço.

Outra situação, para mim isto não é uma retificação, isto é um novo orçamento. Eu sou novo na política. O Senhor Deputado, Pedro Crisóstomo referiu há pouco que era a sua primeira experiência política e é a minha também, mas sou de gestão e isto para mim não é nenhuma retificação, mas um novo orçamento, completamente novo. Aquilo que me disseram nós votamos contra a votação do orçamento, é que o orçamento era bom, passados dois meses já não é bom. Não sei, mas isto preocupa-me de certa forma se é falta de informação, se foi má passagem de pastas, acho que deviam queixar-se ao PS que estava no governo. Para todos os efeitos era o PS que estava no Governo.

Este não é o nosso orçamento, não é o orçamento que queríamos para Castelo Branco. Volto a frisar valorizamos o papel que o PS fez nos últimos anos para ter uma estrutura financeira bastante sólida.

Armando Lopes Ramalho (S-MI) - A necessidade de alterar o Orçamento recentemente aprovado por esta Assembleia, mais concretamente no dia 30 de dezembro de 2021, passados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

dois meses da sua aprovação, sendo proposto o reforço em 33,7% da sua dotação orçamental inicial, sem que sejam contemplados novos investimentos, nem enquadrados numa nova, ou qualquer estratégia, só vem reforçar a nossa convicção de que o Orçamento então aprovado por esta Assembleia será, provavelmente, o pior orçamento dos últimos anos!

A alteração orçamental em apreciação continua desprovida de qualquer estratégia! Verificamos que a presente proposta vem suprir despesas insuficientemente dotadas e com recurso ao saldo do exercício anterior, como tínhamos alertado ser o que temíamos. Mas pior! No final de dezembro o orçamento aprovado indiciava a utilização de 24.359.916 € desses saldos para fazer face às deficiências orçamentais, mas, na presente alteração, somos confrontados com a incorporação de 37.781.626,50 € dos saldos das gerências anteriores, nada mais do que 84,5% das disponibilidades no Município.

Na presente 1.^a alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e às Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2022 da Câmara Municipal de Castelo Branco, que lamentavelmente tememos que seja apenas a primeira de muitas, continuam a subsistir 8 927 859,00 € com financiamento não definido, **sublinho**, mesmo após a incorporação de quase 38 milhões de euros, o presente documento ainda contém quase 9 milhões de euros de despesa com financiamento não definido, portanto despesas insuficientemente dotadas, para as quais os remanescentes 15,5% dos saldos das gerências anteriores já não serão suficientes para assegurar a sua cobertura!

E tudo isto sem terem sido definidas prioridades! Perante a pressão sobre o orçamento não se fez um trabalho de reprogramação dos projetos e respetiva atualização dos compromissos, adiando alguns para os próximos anos. Optou-se pelo caminho mais fácil: reforçar! Parece-nos que o executivo socialista apenas se limita atirar dinheiro para cima dos problemas!

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, do presente orçamento superior a 88 Milhões de euros quanto espera executar?

Com a execução do orçamento da CMCB para o ano de 2022, por mais cétricos que estejamos, no fundo todos almejamos o crescimento do nosso concelho! Infelizmente, da alteração orçamental que nos é dada a apreciar, tudo indicia que esteja apenas a engordar!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Não podem contar com a bancada do SEMPRE, para a aprovação da presente proposta de alteração. De facto, não estamos a votar contra o orçamento (e o funcionamento da câmara), mas sim contra uma revisão orçamental que consideramos de desgoverno e face ao valor a usar das reservas existentes, conseguidas ao longo de mais de 20 anos com boa gestão de dinheiros públicos, com sentido de responsabilidade e com obra realizada! O executivo poderá sempre, dentro de alterações orçamentais entre rubricas, continuar a gestão da câmara. Nós, o SEMPRE – Movimento Independente, que em dezembro, viabilizámos o orçamento, apesar de não concordarmos com o mesmo, não viabilizaremos a presente proposta de alteração!

João Nuno Marques Carvalhinho (PS) - A realização desta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, assim como, a anterior sessão e a reunião de Câmara de 24/02/2022 que as antecedeu, constituem um **facto político de primeira importância para Castelo Branco**, essencialmente por aquilo que revelam.

As posições políticas da **liderança do movimento independente** relativas à revisão orçamental, expõem à sociedade deploráveis revanchismo e ressabiamento.

Quero deixar bem claro que o **Partido Socialista** não tem dúvidas quanto à autoria moral daqueles atos de pura malvadez.

Mas vamos, então, aos factos e aos argumentos em disputa.

1. Trata-se de saber se é legítima a incorporação do saldo da gerência anterior no orçamento de 2022

Sim, a resposta é **sim**.

Aquela incorporação é uma **prática normal** de gestão orçamental (quando há saldo, naturalmente!), e está **prevista no orçamento aprovado** em dezembro passado.

Aliás, entre 2013 e 2021, foram incorporados nos orçamentos **mais de 48,5 milhões de euros** de saldo.

Aqueles que agora se **opõem** à incorporação do saldo são os mesmos que, em **2021**, alteraram o orçamento inicial de **59 milhões de euros** para **mais de 72 milhões** recorrendo ao mesmo expediente.

2. Trata-se de distinguir o orçamento da estratégia de ação municipal

O orçamento é um **instrumento** para **concretizar a estratégia**, não é a estratégia.

O **orçamento municipal para 2022** é mesmo um **excelente exemplo** daquela distinção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



O orçamento com o qual o **atual Executivo Municipal** tem que trabalhar está fortemente **condicionado** pelos **compromissos assumidos e não pagos** pelo anterior Executivo (**26 milhões de euros = 39% do orçamento**), a que acrescem as despesas fixas da estrutura municipal e outras despesas correntes.

O atual Executivo tem **total legitimidade** e até **obrigação** de colocar no orçamento as iniciativas que concretizam a **estratégia de ação municipal** que foi sufragada, com o **apoio maioritário** dos Albicastrenses, em setembro passado.

O orçamento municipal é **essencial** para **assegurar as funções autárquicas** na educação e na saúde, na habitação e nos apoios sociais, nos transportes públicos, na promoção do desenvolvimento económico, na iluminação pública, na cultura e no apoio ao movimento associativo, entre outras.

3. Trata-se de ter noção quanto à execução orçamental

O orçamento é **previsional**. Quanto maior o orçamento mais **exigente** é a sua execução.

O atual Executivo apresenta-nos um orçamento ambicioso, é verdade. Nós conhecemos os **riscos de execução** que comporta.

Aliás, analisando os exercícios anteriores, constatamos que:

- Em 2020, **execução da despesa** foi inferior a **2/3 do orçamento inicial** (66,27%) e a execução das **receitas de capital** ficou-se pelos 44,04%, onde se incluem os pouco mais de 250 mil € de fundos comunitários (**bem podem corar de vergonha!**);
- No triénio 2018/2020, a **execução média das despesas de capital** foi pouco mais de **metade** do inicialmente orçamentado (54,71%);
- No anterior mandato (2018/2021) foram orçamentados **220 milhões de euros!** alguém consegue apontar o seu efeito estratégico no desenvolvimento do concelho?

4. Trata-se de reconhecer a contribuição para a constituição do saldo.

O saldo das gerências anteriores situa-se, em 2022, em **44,7 milhões de euros**. Sobre este aspeto é importante referir que:

- Caso tivesse sido executado o **orçamento para 2021, como previsto**, o saldo da gerência teria sido o mais pequeno desde 2013;
- Em **2013** o saldo foi de **37,8 milhões de euros**, tendo resultado das gerências desde 1998, isto é, uma poupança de 2,3 milhões / ano;
- O saldo em 2022 situa-se **6,8 milhões de euros** acima de 2013, resultando num modesto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

contributo de 860 mil euros/ano.

Fica assim **esclarecido** que aqueles que se arvoram em grandes “**ajuntadores**” não só não têm moral nem o currículo de gestão que julgam, como se preparavam para deixar no fim do mandato anterior, o **mais baixo saldo de gerência** desde 2013.

Sras. e Srs. Deputados Municipais, é muito claro, a tentativa de inviabilização do **orçamento**, promovida pelo líder do movimento independente, nada tem a ver com a **solidez financeira** da autarquia, é antes uma **tentativa de boicote** da ação do Executivo Municipal, que prejudica gravemente os Albicastrenses.

Estou certo de que a **maioria** dos membros desta **Assembleia** pretende atribuir ao Executivo Municipal os meios necessários e legítimos para que cumpra o seu papel, na promoção do bem-estar e do desenvolvimento da nossa comunidade.

Por esta razão, **desafio** as Sras. e os Srs. Deputados Municipais, Presidentes de Juntas e de União de Freguesias, eleitos pelo **movimento independente**, a **emendar a mão** dos seus vereadores, que parecem apostados numa **vingança** contra os Albicastrenses que lhes recusaram a vitória nas urnas.

É **também tempo** para dizer que aquela atitude pretende **distrair** os Albicastrenses e evitar o **escrutínio público** sobre um conjunto de **questões graves e sérias**, que foram criadas nos últimos anos pelo **líder do movimento independente**, como são exemplos:

- O **litígio** com as **Águas de Portugal** que custará milhões de euros, só em juros, ao erário público municipal; deve mesmo ser ponderada uma ação por responsabilidade civil extracontratual;
- A irresponsável assunção de um contrato “**secreto**” com a CM do Fundão para um projeto de **regadio perigosíssimo** para Castelo Branco e para as suas gentes, e que tem uma particularidade chico-esperta para o furtar à análise de impacte ambiental;
- As **trapalhadas**, **muito caras** e quase-dolosas, em que estão envolvidos vários processos como a **concessão dos transportes públicos**, a instalação do **polo de cerâmica** do Museu Cargaleiro ou a construção da **destilaria** em Santo André das Tojeiras;
- O **deplorável oportunismo** do recebimento, à socapa, de uma **choruda** senha de presença, que os contribuintes Albicastrenses pagam na **fatura dos resíduos**.

Sras. e Srs. Deputados Municipais, espero que a **honorabilidade** e a **integridade** políticas prevaleçam, e que o **interesse coletivo** da autarquia e dos Albicastrenses, não seja preterido em favor de uma estratégia unipessoal vazia e sem futuro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Câmara – Não tenho muito mais a acrescentar à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia José Pires e do Deputado Municipal João Carvalhinho que foram claras e incisivas relativamente àquilo que aqui estamos a discutir, queria apenas trazer um contributo para aqueles que são distraídos, ou se fingem de distraídos.

Senhor Deputado Armando Ramalho, insiste em dizer que não temos estratégia. Está enganado Senhor Deputado. Temos estratégia, está aqui nos múltiplos documentos que produzimos e apresentamos ao longo da campanha eleitoral que consubstancia estratégia sufragada pelos albicastrenses e visa o desenvolvimento do nosso concelho nas suas mais variadas direções.

Falamos no outro dia na questão da devolução do IRS contra a qual o Senhor está contra. Falamos no pagamento das refeições, aos alunos do pré-escolar e do primeiro ciclo.

Falamos da devolução aos pais que pagam creche, no valor de 250 euros, até as tornar gratuitas.

Estamos a falar da recuperação da zona histórica, do desenvolvimento das nossas freguesias e estamos a falar da energia. Sim, Senhor Deputado, da energia. Temos previsto um valor que diria astronómico relativamente à energia a pagar nos próximos anos e isto também resulta de estratégia ou de falta de estratégia porque infelizmente ao contrário de outros ainda não foi feito aquilo que devia ter sido feito que era substituir na iluminação pública as lâmpadas por led que era dotar os edifícios da Câmara Municipal de painéis solares e que era no fundo cuidar do presente, mas também antecipar a resolução dos problemas do futuro. E, digo-lhe mais, Senhor Deputado, fala o Senhor de boca cheia daquilo que é a excelente situação financeira da Câmara Municipal. Pois devo-lhe dizer Senhor Deputado, estive cá ao longo dos últimos 24 anos, o Senhor Deputado João Carvalhinho também cá esteve, O Senhor Presidente da Junta de Freguesia também cá esteve, o Senhor Deputado Francisco Pombo Lopes também cá esteve, a Senhora Cristina Granada também cá esteve, o Senhor Deputado Faustino também cá esteve, o Senhor Presidente da Assembleia, Jorge Neves também cá esteve, o Senhor Secretário, Carlos Mingacho também cá esteve, a Senhora Deputada Celeste Rodrigues também cá estava, muitos dos qua aqui estão, estivemos e participamos. E o Senhor onde esteve Senhor Deputado?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Armando Lopes Ramalho (S-MI) – Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, continuou a não responder concretamente à pergunta que lhe fiz. Além do mais, há outro aspeto, pergunta-me onde é que estive. Fui município de Castelo Branco, estive atento, muito atento àquilo que fizeram, aplaudi quando devia aplaudir e critico quando entendo que devo criticar. O facto de andar por aí não significa que não estivesse cá.

Os municípios questionam-se como é que vão pagar ou aumento da luz. Senhor Presidente, pago os aumentos da luz com o meu trabalho e, como tal, resolvo intervir politicamente quando sou eleito para esse cargo. Não é isso que me tira qualquer qualidade para intervir, Senhor Presidente. Provavelmente, dá-me mais trabalho do que a muitos outros que acompanharam ao longos dos últimos anos de forma mais interventiva esses aspetos e teriam com certeza mais dados e não precisam tanto de trabalho para se pronunciar, ou o senhor Presidente garante-lhe que dá muito trabalho preparar as minhas intervenções. Estudo bastante os documentos, não só aqueles que me são dados a conhecer, mas os do passado, aqueles que provavelmente como um mero município não analisei em tanto detalhe. No entanto, e devido ao trabalho que tenho para preparar as minhas intervenções, posso dizer e a propósito deste ponto que é normal que em fevereiro se façam revisões dos orçamentos. O que não é normal é aumentar 33% da sua dotação orçamental. O que não é normal e daquilo que analisei é termos um orçamento que vai atingir este ano quase noventa e nove milhões de euros.

Relativamente aos aumentos e aos compromissos transitados, como muito referiu o Senhor Deputado João Carvalhinho, de facto, em 2021, pelo que me foi dado a conhecer, os compromissos transitados foram maiores dos que deste ano, é evidente.

Mais, a fraca execução orçamental que possa eventualmente existir, é evidente que também se deve ao primeiro ano de Covid que parou completamente o nosso país

Tenho dito.

Presidente da Câmara – Esta minha intervenção prende-se essencialmente com um esclarecimento, de facto, há oito milhões de euros não deviam constar neste orçamento, resultam de um erro do programa da AIRC que é utilizado para a constituição do Orçamento e repito que não fazem parte deste orçamento. Os serviços técnicos não conseguiram resolver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

esta situação por uma questão técnica. Já tivemos esclarecimentos relativamente a este procedimento por parte da AIRC e, portanto, está devidamente esclarecido e está devidamente contemplado.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos contra, 15 do S-MI e 2 do CHEGA, 1 abstenção do MPT e 22 votos a favor, 18 do PS e 4 do PSD/CDS-PP/PPM, aprovar a 1ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano de 2022.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 1.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Declaração de Voto

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM) – Para o PSD o importante são os albicastrenses e gostava de frisar aqui que não entramos em discussões partidárias de politiquices partidárias, politiquices de interesses privados. A nossa declaração, a nossa prioridade é sempre e vai ser como sempre foi até agora os albicastrenses e o publico em geral.

Ponto 2 – Discussão e votação da proposta de “Adesão à Sociedade Histórica da Independência de Portugal.”. (Proposta n. 7/2022)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a adesão do Município Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 3 – Discussão e votação da proposta de “Transferência das Competências do Domínio da Ação Social. Prorrogação do Prazo para Aceitação (Decreto-Lei n.º 23/2022, 14 de fevereiro)”. (Proposta n. 8/2022)

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo (S-MI) - Vamos agora votar o ponto 3 da ordem de trabalhos que era o ponto 10 do aditamento na anterior assembleia.

Aditamento esse que nos foi enviado com menos do que os 2 dias úteis regulamentares. Com a mesma humildade com que a oposição manifestou aqui na semana passada, não ter tido tempo para analisar os documentos, também o executivo camarário, podia ter assumido e justificado nesta assembleia, as razões e a urgência, antes da votação da admissibilidade do aditamento.

De forma construtiva, permitam-me que sugira ao executivo, em futuras situações deste tipo, contactem as restantes forças políticas representadas nesta assembleia municipal, dando conta da urgência e certamente, atenderemos às razões que forem apresentadas.

Da nossa parte estamos disponíveis para criar pontes de entendimento.

Recordo ainda que na anterior assembleia, num gesto de boa vontade, pedi a palavra e subia a esta tribuna para propor voltar atrás e permitir a admissibilidade do ponto 10 (agora ponto 3) que o senhor Presidente da Câmara, justificou ser urgente, já depois da votação.

O senhor presidente disse-nos na última assembleia que precisava de dar resposta à direção geral das autarquias locais até dia 1 de Março.

Nos documentos que nos tinha enviado, estava mencionado que a resposta era até dia 14 de março e não até dia 1 de Março, mas naquele momento, confiámos na justificação do senhor Presidente da Câmara Municipal e dispusemo-nos a aceitar a admissibilidade daquele ponto, por manifesta urgência.

Com todo o respeito, pedimos ao senhor presidente que nos esclareça, por favor. Se a resposta for até dia 14 de Março, como constava no documento enviado, consideramos que não houve prejuízo para o município por este adiamento de uma semana e aqui estamos e estivemos, hoje, em condições de discutir e votar de forma consciente os 3 pontos do então aditamento.

Com isto quero apenas apelar ao diálogo entre o executivo e a oposição de forma a evitar futuras situações como esta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

De forma sincera e construtiva poderemos sempre encontrar em conjunto as melhores soluções para o Concelho.

As eleições autárquicas já tiveram o seu momento.

Já passaram!

Estão resolvidas!

Não temos dúvida disso!

É ao PS que compete gerir os destinos da autarquia albicastrense e foi o PS que o povo escolheu nas últimas eleições autárquicas.

Mas a oposição também tem o seu lugar e o seu papel a desempenhar.

Do MPT ao sempre, passando pelo Chega e o PSD, todos temos o direito e o dever de nos pronunciarmos e votarmos segundo a representatividade que o povo entendeu dar a cada força política.

O sempre é, neste mandato, a 2º maior força política no concelho de Castelo Branco e ao longo destes 4 anos de mandato, iremos dar provas de que estaremos do lado das soluções, do lado do diálogo com todos, de forma construtiva.

Ao senhor Presidente da Câmara e ao executivo, quero dizer com sinceridade que queremos que tenham sucesso, pois o sucesso da vossa ação será o sucesso do nosso Concelho!

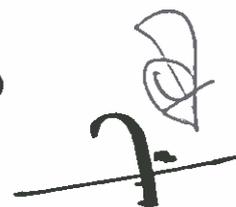
Em relação ao ponto 3 da ordem de trabalhos, iremos obviamente votar a favor.

Muito Obrigado a todos!

José Dias dos Santos Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco) – De facto este ponto por causa do seu carácter de urgência, é importante dizer, de facto, que se comprova até pela natureza do próprio ponto e aquilo que está em questão, a urgência da sua aprovação, significa a capacidade de preparar uma área muito importante de intervenção das freguesias e aqui falo enquanto Presidente da Junta de Freguesia, tem a ver com a parte da ação social e para se preparar toda esta transferência de competências de fazer atempadamente tendo o prolongar de prazos para poder executar e preparar e de alguma forma agilizar toda a intervenção na área da ação social, corresponde exatamente a uma perspetiva de visão estratégica de enquadramento estratégico deste trabalho, tem muito a ver com aquilo que são as questões da ação social que se projetam em atividades, em programas, em projetos, em ações que tenham a ver com a implicação monetária, tem muito a ver com a importância



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



estratégica para o concelho que é o enquadrar neste trabalho da preocupação com os casais jovens, com os mais idosos, com as pessoas de mais dificuldade, do apoio, do trabalho social que é feito em todas as freguesias, felizmente, é feito em todas as freguesias.

Naturalmente o PS votará a favor, mas queria dar aqui esta palavra para dizer que afinal se justifica com a racionalidade que temos que ter sobre as questões, a importância e a urgência de tratar estes assuntos para que não haja depois precipitações do seu enquadramento.

Ernesto Candeias Martins (MPT) – Não deixaria de intervir para dizer que temos que reconhecer que o executivo tem feito todos os seus esforços neste âmbito social. Também não seria coerente e faço aqui um parêntesis “nós queremos o melhor, este foi o lema deste movimento” queremos Castelo Branco melhor. Nós queremos ser exigentes, a exigência é determinada pelas propostas, pelos debates e por aquilo que realmente é a execução. Nesse sentido, é o nosso contributo, mesmo que pequeno, mas representativo daqueles que nos apoiaram.

Devo reconhecer que é nesta transferência de competências onde o Executivo pode realizar aquilo que nós já referimos em outras intervenções neste órgão. É o caso da atualização da Carta Social do Município, sobretudo naquilo que falava aqui à pouco referente a outro ponto de uma política integrada de ação social, com dinâmicas próprias da rede social instalada, mas que possa não só ter as questões da saúde, mas também das redes sociais e aqui um elemento muito preocupante para nós que é os jovens, aqueles que efetivamente mais necessitam e aqueles que atrativamente, temos que procurar que venham para cá, as famílias e as pessoas. Dar-lhes as condições sociais que já falámos tanto e que as Juntas de Freguesia e sei que há aqui representantes de juntas de freguesia que devem conscientemente apelar a essa inclusão de infraestruturas no âmbito social para que possam de maneira a manter, mas também acompanhar e cuidar daqueles que fazem parte do dia a dia dessas freguesias.

Também dizemos que nesta ação social há atividades. Nós falamos aqui de atividades de programas inter geracionais. Queremos que o concelho dê exemplos que todas as gerações são necessárias para levar este município realmente a um desenvolvimento nos próximos anos, mas que o soubemos ouvir, escutar. Também dizemos que estas transferências têm a ver com a habitação. E neste aspeto habitacional que é um direito de podermos realmente não só melhorar e manter habitações a começar pelo próprio património e daí que não há uma carta ou uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

forma de um programa integral do património e até acrescentaria património arquitetónico e até paisagísticos. Já disse aqui várias vezes em relação ao que o PDM deve incluir. As questões sociais têm a ver com estas questões do património porque devemos enraizar as pessoas àquilo que é a nossa cultura e o nosso património e isso move todas as ações sociais e o caso da habitação que falava aqui que tem a ver com aquilo que realmente são os apoios a associações e instituições de solidariedade social ou outras estruturas e agora deixo aqui uma novidade, equipas municipais de apoios às necessidades e àquilo que são as instituições futuras em termos sociais nas freguesias e em todo o território. Por isso também apelo que este plano integrado necessita de um diagnóstico muito aprofundado. Diagnóstico que por exemplo, quantas projetos de habitações sociais tem a zona histórica de Castelo Branco? Quais são as previsões que se quer ampliar? Para quem vive historicamente aquela zona, o que é que podemos lá instalar. Portanto, nestas questões sociais em termos de serviços de equipamentos, sabemos que o Município estará e por isso terá o nosso apoio.

Presidente da Câmara - Começo por me dirigir ao Senhor Deputado Pedro Crisóstomo, com a mesma humildade que o Senhor aqui reconhece, também eu tenho que lhe dizer o seguinte. Na verdade, e para bem da verdade, cometi um lapso na última Assembleia. E esse lapso refere-se ao facto de ter dito que precisávamos de ter aprovado esta prorrogação na área social no dia 1 deste mês. Estaria certamente a confundir, mas isto também não justifica com um pedido que me foi feito pela ANMP em que diz o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, conforme estabelecido no decreto lei nº. 23/2022, no passado dia 14 de fevereiro e transmitido pela nossa circular 18/2022 da mesma data, o prazo limite para aceitação da transferência de competências da Ação Social era até 31/03/2022 e foi prorrogado 1/1/2023. O exercício da prerrogativa deve-se à deliberação do Órgão Deliberativo e da subsequente comunicação à DGAL até ao dia 14/03/2022. Foi precisamente isso que aqui referi, ato dia 14/03/2022. Chegando fim do mês de fevereiro, no dia da realização da Assembleia Municipal e sendo urgente acautelar e adequar a resposta para a eventualidade da transferência logo no início do mês de abril é premente conhecer a realidade dos munícipes que pretendem desde já aceitar e assumir estas competências. Neste sentido, solicitamos que em resposta a esta comunicação para o Email da ANMP, nos informe até à próxima sexta feira, dia 4 de março, se no vosso município a transferência de competências da ação social vai operar a 1/1/2022, ou se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

irá ser prorrogada a sua aceitação. Isto não justifica nada, justifica apenas aquele reconhecimento que já foi aqui trouxe.

Mas, aquilo que aqui está em causa Senhor Deputado, é muito mais que isso. Aquilo que aconteceu faz hoje oito dias, na passada segunda feira representa, votaram contra a admissão destes pontos à Ordem de Trabalho. O Senhor sabe, eu sei, todos sabemos as razões que levaram a votar da forma com o fizeram na passada segunda feira, é um facto inédito. É a primeira vez e há pouco falava-se de 24 anos ou muito mais da vida desta Assembleia, é a primeira vez que não são admitidos pontos à Ordem de Trabalhos. E não me venham dizer que é pelo facto de não terem sido apresentados com antecedência de dois dias úteis porque aqueles que aqui estão e aqueles que participara nestas assembleias muitas vezes votaram pontos admitidos inclusivamente no dia da Assembleia Municipal.

Portanto, Senhor Deputado o que está em causa, foi efetivamente uma tentativa como disse o Senhor Deputado João Carvalhinho, uma tentativa de boicote ao trabalho da Câmara Municipal. O resultado dessa votação expressa essa tentativa de impedir que a Câmara Municipal faça o seu trabalho. Isso ficou expresso, hoje aqui, na votação da sua bancada e na votação da bancada do CHEGA. O seu sentido de voto nem me surpreende Senhor Deputado, mas com sinceridade surpreende-me o sentido de voto dos Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia eleitos pelo S-MI. Surpreende-me porque trata-se do orçamento que contempla avultados investimentos para as freguesias. Trata-se de um orçamento que defende as freguesias e trata-se de um orçamento que defendendo as freguesias teve o voto contra dos Presidentes das Freguesias e dos Presidentes das Uniões de Freguesias, mas também devo sossegar os fregueses das freguesias cujos presidentes não quiseram votar favoravelmente este orçamento. A Câmara Municipal não deixará de fazer aquilo que é a sua obrigação e dar resposta às necessidades dessas freguesias e dos seus fregueses. Se não contam com os Presidentes de Junta, contarão de certeza absoluta com o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, prorrogar o prazo para o dia 1 de janeiro de 2023 para aceitação da Transferência das Competências do Domínio da Ação Social.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 11 horas e 10 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 1.º Secretário,